



**ACÓRDÃO Nº1246/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11795/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Valdenor Pontes Cardoso (Gestor) e Eda Maria Oliva Souza(Gestor).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3297/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas anual do **Sr. Valdenor Pontes Cardoso**, Diretor-Presidente (08/05/2020 – 31/12/2020) do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, exercício 2020, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão de impropriedades identificadas que permaneceram não sanadas;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Valdenor Pontes Cardoso**, Diretor-Presidente (08/05/2020 – 31/12/2020) do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, exercício 2020, no valor de **R\$1.706,79** (um mil, setecentos e seis reais e setena e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão de atos praticados em contrariedade às seguintes normas legais: arts. 8º e 9º, Decreto Estadual nº 40.674/2019 (utilização indiscriminada e imotivada da figura do “carona”); e arts. 70 e 74, Constituição Federal de 1988



**ACÓRDÃO Nº1246/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(ausência de manifestação do Sistema de Controle Interno), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LO-TCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas anual da **Sra. Eda Maria Oliva Souza**, Diretora-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (01/01/2020 a 07/05/2020), exercício 2020, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão de impropriedades identificadas que permaneceram não sanadas;

**10.4. Aplicar Multa à Sra. Eda Maria Oliva Souza**, Diretora-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (01/01/2020 a 07/05/2020), exercício 2020, no valor de **R\$1.706,79** (um mil, setecentos e seis reais e setena e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCEAM, em razão de atos praticados em contrariedade às seguintes normas legais: arts. 14 (ausência indicação dos recursos para realização da despesa), 31, incisos I, II, III, §§ 2º, 3º, 4º e 5º (Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada para a prestação dos serviços), da Lei nº. 8.666/1993; e arts. 70 e 74, Constituição Federal de 1988 (ausência de manifestação do Sistema de Controle Interno), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº1246/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LO-TCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência deste decismum ao Sr. Valdenor Pontes Cardoso e à Sra. Eda Maria Oliva Souza.**

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de agosto de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral